

Legislação

1. ***Lei n.º 3/2018, de 9 de fevereiro***

Define o regime sancionatório aplicável ao desenvolvimento de atividade de financiamento colaborativo e procede à primeira alteração à Lei n.º 102/2015, de 24 de agosto, que aprova o regime do financiamento colaborativo.

2. ***Lei n.º 6/2018, de 22 de fevereiro***

Estatuto do mediador de recuperação de empresas.

3. ***Lei n.º 7/2018, de 2 de março***

Regime jurídico da conversão de créditos em capital.

4. ***Lei n.º 8/2018, de 2 de março***

Regime Extrajudicial de Recuperação de Empresas: revoga o Decreto-Lei n.º 178/2012, de 3 de agosto, que instituiu o sistema de recuperação de empresas por via extrajudicial (SIREVE) e o artigo 16.º, n.º 2, do Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas, referente a benefícios fiscais aplicáveis no âmbito do SIREVE.

Jurisprudência

1. ***Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça, 9 de janeiro de 2018, Processo 1148/16 (João Camilo)***

Admite a impugnação judicial direta (sem prévia intervenção da assembleia geral da sociedade) das deliberações do conselho de administração de uma sociedade anónima para os tribunais judiciais; analisa a relação com o procedimento cautelar de suspensão provisória (das deliberações do conselho de administração da sociedade anónima), em que a necessidade de recorrer à assembleia geral pode inviabilizar a propositura tempestiva da ação definitiva de que depende o procedimento cautelar em causa, em face do prazo previsto no artigo 373.º do Código de Processo Civil.

RDS X (2018), 2, 433-434

2. ***Acórdão do Tribunal da Relação de Guimarães, de 18 de janeiro de 2018, Processo n.º 181/16 (Jorge Teixeira)***

Consequências da extinção da sociedade e da consequente cessação da sua personalidade jurídica e judiciária; problema da legitimidade processual de sócios e herdeiros da herança aberta por óbito de um dos sócios de uma sociedade já extinta, em ação de nulidade de negócio alegadamente simulado.

3. ***Acórdão do Tribunal da Relação de Guimarães, de 18 de janeiro de 2018, Processo n.º 5728/15 (Sandra Melo)***

Legitimidade dos herdeiros do sócio falecido para propor a ação de anulação de deliberação social na qual o sócio falecido tenha votado vencido, nos termos dos artigos 58.º e 59.º do Código das Sociedades Comerciais.

4. ***Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa, de 15 de fevereiro de 2018, Processo n.º 4318/15 (Manuel Rodrigues)***

Pressupostos da ação de responsabilidade civil proposta por uma sociedade por quotas contra um seu gerente, para obter o ressarcimento dos danos que lhe foram causados por o gerente exercer atividade concorrente com a sua.

5. ***Acórdão do Tribunal da Relação do Porto, de 24 de janeiro de 2018, Processo n.º 874/10 (Miguel Baldaia de Moraes)***

Legitimidade ativa do depositário de ações penhoradas para arguir a nulidade de uma deliberação de sociedade comercial.

6. ***Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa, de 22 de fevereiro de 2018, Processo n.º 456/14 (Teresa Soares)***

Legitimidade ativa da sociedade para propor ação emergente de incumprimento contratual pelo credor pignoratício.